



11 DE JULHO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **NOTÍCIAS SEMANAIS 26/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **INVESTIMENTO DE R\$ 11 MI VISA REDUZIR FILAS EM PORTO**
- **SERVIÇOS E MÃO DE OBRA AINDA PRESSIONARÃO PREÇOS FUTUROS**
- **BANCOS TERÃO DE REDUZIR SUAS APOSTAS CONTRA O DÓLAR**
- **OPOSIÇÃO PEDE IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS DA SITUAÇÃO EM ELEIÇÃO DA FIEP**
- **POLÍTICA ACIRRA DISPUTA PELA FIEP E SEU ORÇAMENTO DE R\$ 450 MILHÕES**
- **GOVERNO NEGOCIA FIM DE INCENTIVO A IMPORTADO**
- **ARGENTINA NÃO CUMPRE ACORDO QUE PREVÊ LIBERAÇÃO DE CARGAS**
- **TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL ACEITAM PROPOSTA DE EMPRESAS E DESISTEM DA GREVE**
- **FÁBRICA DE CELULOSE IMPORTARÁ PEÇAS PELO PORTO DE PARANAGUÁ**
- **ALÍQUOTA ÚNICA DE IMPORTAÇÃO EM 4% PODE SAIR ATÉ O FIM DO ANO**
- **REGRAS PARA O CADASTRO DO NOVO REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO PELO EMPREGADOR NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**
- **APÓS COMPRA DA RHODIA, SOLVAY Foca EM ETANOL**
- **À SOMBRA DO CRÉDITO, GESTORES GANHAM COM OPERAÇÕES EM ATRASO**
- **ADVOGADOS RECLAMAM DE ATRASO EM AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**
- **SENAI PARANAENSE REALIZA GESTÃO AMBIENTAL DA OLIMPÍADA DO**

CONHECIMENTO

- **VOLVO INVESTE R\$ 80 MI EM INSTALAÇÕES DE PINTURA**
- **CAMINHÕES: IVECO CRESCER 49,5% NO 1º SEMESTRE**
- **IPCA ESTOURA A META EM 12 MESES E VAI A 6,71%, MAS EM DESACELERAÇÃO**
- **APÓS 39 MESES O ICV REGISTRA DEFLAÇÃO**
- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: HADDAD DIZ QUE EXPANSÃO DA REDE É ESTRATÉGICA**
- **TRIBUNAL - PORTADOR DE HÉRNIA NÃO CONSEGUE INDENIZAÇÃO POR DISPENSA DISCRIMINATÓRIA**
- **CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MÊS DE JUNHO/2011: PRAZO DE RECOLHIMENTO É ATÉ O DIA 20/7**
- **DIREITO DO TRABALHO - PERÍODO DE EXPERIÊNCIA: TST GARANTE ESTABILIDADE PARA ACIDENTADO**
- **CSLL, PIS E COFINS - CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA 2ª QUINZENA DE JUNHO VENCEM EM 15/7**
- **REAJUSTE DE ALUGUEL - VEJA OS ÍNDICES APLICÁVEIS EM JULHO DE 2011**
- **DIREITO DO TRABALHO - DANOS MORAIS: TURMA DO TST RETIRA IMPOSTO DE RENDA SOBRE INDENIZAÇÃO**
- **IR - PESSOA FÍSICA - QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 29/7 TERÁ ACRÉSCIMO DE 2,95%**

Câmbio		
Em 11/07/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,578	1,579
Euro	2,215	2,216

Fonte: BACEN

Investimento de R\$ 11 mi visa reduzir filas em porto

11/07/2011- Gazeta do Povo

No último mês, a Ferroeste, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) – vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) se debruçaram em um projeto que pretende, com um investimento de R\$ 11 milhões, criar seis centros logísticos (Cascavel, Maringá, Guarapuava, Araucária, Ponta Grossa e Paranaguá) para estacionar caminhões, armazenar e classificar a carga que vai para o Porto de Paranaguá.

O projeto parte do reaproveitamento de estruturas das três entidades e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já existentes – e ociosas em boa parte do tempo – para tentar diminuir a fila de caminhões na BR-277 e agilizar o trabalho do porto. Nem todo o setor produtivo teve acesso ao projeto ainda, mas as primeiras análises indicam que a proposta é paliativa e pode até aumentar os custos para transportadores e cooperativas.

“O projeto não exclui todas as outras medidas necessárias, como a ampliação da Ferroeste, mas dá sobrevida à ferrovia”, explica o presidente da Ferroeste, Maurício Querino Theodoro. O objetivo do projeto, segundo ele, é não só controlar melhor o tráfego de caminhões, mas dar um lugar seguro e adequado para os caminhoneiros esperarem, com restaurantes e banheiros, já na safra do ano que vem, e começar todo um trabalho de classificação que resultaria, daqui a dois ou três anos, em um programa de certificação de origem – um selo para os produtos agrícolas paranaenses, sob a responsabilidade da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar).

O montante estimado para o projeto consta das prioridades da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística para o orçamento de 2012, segundo o secretário José Richa Filho, e estaria sendo avaliado pelo secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cassio Taniguchi. O projeto também teria sido apresentado ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O projeto começaria pelos centros de Cascavel e Guarapuava, em um piloto intermodal. O uso dos silos da Ferroeste, da Codapar e da Conab existentes no estado representaria um aumento de 50% na capacidade estática de armazenamento do Porto de Paranaguá (557.340 toneladas). Uma diferença grande ocorreria também na classificação de cargas. Hoje, o Porto de Paranaguá tem capacidade para avaliar, no máximo, a carga de 1,8 mil caminhões/dia. Se o trabalho ocorrer antes, nos seis centros logísticos, esse número saltaria para mais de 4 mil/dia.

Produtores

Para o assessor econômico e técnico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) Nilson Hanke Camargo, que teve acesso ao projeto há 20 dias, a ideia do governo estadual não resolve os problemas de escoamento da produção paranaense; apenas alivia, domesticamente, a situação. “É um esforço para se reaproveitar estruturas e órgãos um tanto ociosos e isso é válido, mas não resolve nosso principal gargalo: a velocidade de carregamento do Porto de Paranaguá”, diz.

Hanke afirma que a classificação anterior ao porto também não ajuda muito, porque o problema está mesmo na entrada no pátio de triagem por causa da demora no carregamento. “Em 1990, entravam e saíam 13 milhões de toneladas. Em 2010, 20 anos depois, esse número saltou para 38 milhões de toneladas e o porto é o mesmo, os equipamentos estão obsoletos”, descreve. Ele alerta ainda que a armazenagem da carga nos silos dos centros logísticos pode acarretar em mais custos. “Você vai ter o custo do transbordo, do caminhão para o silo e vice-versa, e o custo do período em que a carga ficará ali. Se isso vier a representar um aumento nos gastos em relação ao que existe hoje, não vejo validade”, argumenta.

Nos estudos prévios do governo estadual, o piloto intermodal nos centros de Cascavel e Guarapuava seria mais viável economicamente que o modelo exclusivamente rodoviário. No trecho entre Cascavel e Paranaguá, por exemplo, o custo com o novo centro – estacionando caminhões e armazenando a carga nos silos – ficaria entre R\$ 55,30 e R\$ 60,30 por tonelada transportada, contra R\$ 58,06 a R\$ 68,94 do transporte feito apenas pelos caminhões.

A Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) informou que está com o projeto em mãos, mas que ainda vai discuti-lo com os 288 grupos de produtores que representa, nas próximas semanas, para formular uma avaliação. Uma delas, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, com sede em Maringá (Noroeste), disse que não tem conhecimento do projeto.

Serviços e mão de obra ainda pressionarão preços futuros

11/07/2011- Gazeta do Povo

A forte inflação de serviços, que caminha para ultrapassar os 9%, reflete claramente a pressão da demanda provocada pelo aumento da massa real de rendimentos do trabalho. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou variação de 6,7% nos últimos 12 meses, os preços dos serviços subiram 8,7% no mesmo período.

Para o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados, esse problema da inflação dos serviços não se resolve no curto prazo. “Ela não cai porque está sempre referenciada ao passado”, explica. Por outro lado, a pressão da escassez de mão de obra representa aumento de salários para os trabalhadores e elevação de custos para as empresas. Em setores que não enfrentam concorrência de produtos importados, como é o caso dos serviços e mercado imobiliário, os custos são facilmente repassados adiante. “Seria preciso ter um programa mais longo de desindexação, e isso não se faz na hora em que está ruim”, diz o economista.

“Prêmio”

Segundo o consultor Fábio Porto d’Ave, da divisão de engenharia, petróleo e gás da Robert Half, líder mundial em recrutamento especializado, a demanda por profissionais nessas áreas cresceu 120% em 12 meses. “A gente encara o seguinte

cenário: candidatos participando de mais de um processo seletivo, e podendo escolher para onde vão, e empresas disputando os mesmos recursos”, descreve.

Se há alguns anos o “prêmio” para se fazer uma transição profissional era um aumento de 10% a 20% nos salários, atrelado a um pacote de benefícios, hoje ele chega a superar os 40%. “Hoje sai muito mais caro para a empresa não ter um profissional na posição do que dar um aumento para ele”, diz o especialista em recrutamento.

No começo do ano, José Roberto Mendonça de Barros ouviu de um empresário do mercado imobiliário que foi fácil vender em 2010. O mercado estava crescendo tanto que não precisava nem fazer força para comercializar apartamentos. O problema, porém, está sendo entregar os imóveis por causa da escassez de profissionais. “O que todo mundo fez foi uma combinação de atraso, aumento de preço e piora de qualidade”, diz o consultor.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, informa que setores como o de tubos e conexões para construção civil e obras de infraestrutura – itens difíceis de importar – estão conseguindo repassar os custos do custo da mão de obra para os preços. Já em setores nos quais os produtos competem com os importados, a guerra para manter o preço competitivo é enorme, de acordo com Coelho, porque o real valorizado deixa os preços dos produtos feitos lá fora ainda mais competitivos.

Bancos terão de reduzir suas apostas contra o dólar

11/07/2011- Gazeta do Povo

Na semana em que o dólar terminou cotado a R\$ 1,567, o Banco Central adotou nova medida para reduzir a especulação com a moeda norte-americana. Começa a valer hoje uma determinação, emitida em circular divulgada na noite de sexta-feira, segundo a qual as instituições financeiras devem reduzir em US\$ 5 bilhões a posição vendida.

Em janeiro, o BC já tinha adotado uma redução de US\$ 7 bilhões nesse mesmo tipo de aplicação. Segundo os últimos dados disponíveis, a posição vendida dos bancos estava em US\$ 14,7 bilhões no fim de junho.

Mercado futuro

As apostas dos estrangeiros na desvalorização da moeda norte-americana mais que dobraram desde fevereiro, de cerca de US\$ 8 bilhões para US\$ 23 bilhões na posição do último dia 7. Esse valor se refere a contratos que representam uma espécie de venda de dólares no mercado futuro. O investidor vende o dólar hoje a um preço mais alto, e lucra se a moeda cair. Ganha ainda com os juros maiores no Brasil em relação à remuneração que teria no exterior.

Oposição pede impugnação de candidatos da situação em eleição da Fiep

11/07/2011- Gazeta do Povo

O período de inscrição dos candidatos para a eleição a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), marcada para o dia 3 de agosto, terminou ontem. Duas chapas apresentaram os nomes e documentos necessários para

participar do pleito. O empresário Edson Campagnolo, representante da indústria do vestuário do estado e atual vice-presidente da Fiep, é o candidato da situação com a chapa Fiep Independente. O outro candidato é o secretário de Estado licenciado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, com a chapa Nova Fiep.

Contudo, a eleição da entidade ainda pode sofrer uma reviravolta. O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Noroeste do Paraná (Sinduscon/Nor) protocolou ainda ontem, na comissão administrativa da própria Fiep, os pedidos de impugnação das candidaturas de Edson Campagnolo à presidência e Carlos Walter e Rodrigo Rocha Loures aos cargos de vice-presidentes. Walter era candidato até a última quarta-feira, quando retirou o seu nome e apoiou Campagnolo. Loures é o atual presidente da Fiep.

De acordo com comunicado divulgado pelo candidato da oposição, Ricardo Barros, os pedidos de impugnação apontam três irregularidades na candidatura de Campagnolo: a não aprovação das contas do Sesi/Senai pelo Tribunal de Contas da União (TCU), campanha eleitoral antecipada e abuso de poder político e econômico. De acordo com os pedidos, as contas referentes aos anos de 2004 e 2006 do Sesi e do Senai, quando Campagnolo e Walter eram os respectivos coordenadores, estão em análise no TCU.

Campanha

O Sinduscon/Nor ainda alega que o atual presidente beneficiou Edson Campagnolo de forma política e econômica "abusiva e ilegal". Segundo o documento, a Fiep realizou campanhas publicitárias utilizando a imagem do empresário como se ele fosse o "único representante da entidade".

A Fiep alega que a aprovação das contas em análise no TCU segue uma dinâmica administrativa própria e não vinculada à eleição e que, à época, Campagnolo e Walter não atuavam como presidentes dos conselhos do Sesi e do Senai. Ainda segundo a entidade, Campagnolo não participou de campanhas publicitárias da Fiep, e as ações da federação têm diversos porta-vozes, que incluem os vice-presidentes. Segundo o estatuto, o presidente pode designar quais vice-presidentes devem representá-lo em eventos ou outros compromissos aos quais não pode comparecer.

O prazo para análise dos pedidos termina às 18 horas da próxima terça-feira. Durante este período podem ocorrer novos pedidos de impugnação de ambos os lados envolvidos no pleito, ou protocolados por um dos 99 sindicatos patronais filiados à entidade.

Política acirra disputa pela Fiep e seu orçamento de R\$ 450 milhões

11/07/2011- Gazeta do Povo

Não há cargo público em jogo, mas uma disputa eleitoral recém-iniciada já causa uma intensa movimentação de bastidores na política e na economia paranaense. Em 3 de agosto, será escolhido o próximo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), entidade que administra um orçamento anual de aproximadamente R\$ 450 milhões – valor que supera a arrecadação de 393 dos 399 municípios paranaenses, entre eles Cascavel, Ponta Grossa, Paranaguá e Guarapuava.

Duas chapas apresentaram na sexta-feira os 54 nomes e os documentos necessários para participar do pleito. A "Fiep Independente", encabeçada pelo empresário Edson Campagnolo, tem o apoio do atual presidente, Rodrigo Rocha Loures. A "Nova Fiep",

de oposição, será liderada pelo secretário de Estado licenciado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros.

Confira a lista de empresários que já comandaram a Fiep:

Heitor Stockler de França (1945-1958)

Lydio Paulo Bettega (1958-1968)

Mário De Mari (1968-1974)

Altavir Zaniolo (1974-1986)

Jorge Aloysio Weber (1986-1995)

Ari Paiva de Siqueira (interino, de 10/2/1993 a 21/11/1993)

José Carlos Gomes Carvalho (1995-2003)

Arthur Claudino dos Santos (interino, de 3/6/2002 a 6/10/2002)

Rodrigo Costa da Rocha Loures (2003-2011)

Sempre fui presidente das entidades menores, com grande envolvimento e destaque no trabalho que desenvolvi. O Rodrigo [Rocha Loures, atual presidente] procurou entre os diretores um nome de consenso para ser o representante da sua gestão. O convite aconteceu e eu aceitei. Além disso, há tempos o interior queria um candidato das suas bases.

Eu sou vice-presidente e há quatro anos estou aprendendo a importância da entidade. Fiquei motivado a ajudar e gerir a Fiep, especialmente porque percebi que as grandes mobilizações do setor são políticas. Como eu tenho conhecimento do legislativo e administrativo, a minha experiência adquirida permite contribuir muito.

Este é apenas o terceiro "bate-chapa" da história de quase sete décadas da Fiep; mas é também o segundo consecutivo, o que indica uma importante mudança de ânimos em uma entidade acostumada a eleger seus presidentes por aclamação. Na última eleição, em 2007, Rodrigo da Rocha Loures reelegeu-se ao derrotar o pontagrossense Álvaro Luiz Scheffer. No bate-chapa anterior, em 1983, Altanir Zaniollo foi reeleito ao derrotar Martinho Faust.

A julgar pelo que ocorreu nas semanas que antecederam o fim do prazo de inscrição, na sexta-feira passada, a corrida eleitoral promete ser acirrada. Houve troca de acusações de uso político da entidade de ambos os lados, desistência de candidato, corrida na montagem das chapas e, no apagar das luzes, pedido de impugnação da candidatura de Campagnolo.

Representante da indústria do vestuário e vice-presidente da Fiep, Campagnolo é o candidato de Rocha Loures desde o fim de 2010. E, na semana passada, ganhou o reforço de Carlos Walter, do Sindimetal de Maringá, que retirou a candidatura.

Ricardo Barros, por sua vez, só confirmou sua candidatura há duas semanas. Em público, Barros vinha defendendo a formação de uma chapa única para não desgastar a entidade; no entanto, rumores sobre sua ambição de comandar a Fiep circulam desde que ele perdeu a disputa pelo Senado, no ano passado.

O principal cabo eleitoral de Barros será o governador Beto Richa, que o apoiou na corrida ao Senado e o nomeou secretário de Indústria e Comércio.

Representatividade

Criada em agosto de 1944, a Fiep defende os interesses de 40 mil empresas, responsáveis por quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, e tem 3,3 mil funcionários espalhados pelo estado. "O fato de a indústria estar presente nas mais diversas atividades faz com que as políticas públicas a influenciem de forma direta", diz Rodrigo Rocha Loures, que, após oito anos, deixa o cargo em 1.º de outubro. "A indústria é fundamental para a economia do Paraná, que só pôde crescer, principalmente nos últimos dois anos, graças ao desempenho do setor."

Eleição já teve disputa na Justiça e pedido de impugnação de candidatura

O edital de eleição da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) foi suspenso por duas vezes pela Justiça. Em dezembro de 2010, quando o primeiro edital foi publicado, a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba suspendeu a convocação a pedido do Sindicato da Indústria da Produção de Álcool do Estado do Paraná (Sialpar), que discordava da antecedência da chamada. Na decisão, o juiz considerou que a publicação do edital impedia que o Sialpar participasse do pleito, pois o estatuto da Fiep veda a participação de sindicatos registrados há menos de seis meses.

Em fevereiro, pela segunda vez, a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba suspendeu o novo edital com a convocação para o registro das chapas, também a pedido do presidente do Sialpar, Miguel Rubens Tranin. A Fiep recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR) concedeu um mandado de segurança que anulava a liminar da 6ª Vara. Apesar da vitória, a Fiep não chegou a utilizar o benefício.

Um novo edital foi publicado no dia 28 de junho, marcando a eleição para o dia 3 de agosto. Porém, na sexta-feira, último dia de inscrição das chapas, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Noroeste do Paraná protocolou na comissão administrativa da própria Fiep o pedido de impugnação da candidatura de Edson Campagnolo.

No pedido, o sindicato citou a não aprovação das contas do Sesi/Senai por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) quando Campagnolo era coordenador do Sesi, e também alegou campanha eleitoral antecipada e abuso de poder político e econômico pelo atual presidente da Fiep, Rodrigo Rocha Loures. O prazo para análise do pedido de impugnação termina às 18 horas da próxima terça-feira.

Governo negocia fim de incentivo a importado

11/07/2011- Gazeta do Povo

Pressionado pela desvalorização do dólar, o **governo federal** resolveu mudar a estratégia de negociação da **reforma tributária** e pediu nesta sexta-feira (8) aos Estados que se acabe, o quanto antes, com a guerra fiscal com produtos importados.

Alguns Estados estão dando descontos no **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** para movimentar seus portos. "Isso na prática significa uma taxa de câmbio mais favorecida para mercadorias importadas", comentou o secretário executivo do **Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa**. "Isso pode fazer sentido para o Estado, mas do ponto de vista do Brasil como um todo, é um benefício a produtos vindos do exterior."

Em troca do fim dessas práticas pelos Estados, o governo concordou em abrir negociações para mudar as condições das dívidas estaduais, prometeu criar fundos de desenvolvimento regional e de reposição de perdas de receitas dos Estados e vai apoiar, também, uma proposta de regulamentação, pelo Congresso, da tributação sobre vendas na Internet.

Esses termos foram apresentados ontem por Barbosa na reunião do **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)**, que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

O **fim da guerra fiscal** nos importados já tinha sido proposta, mas depois a ideia foi ampliada para abranger todos os produtos. A discussão, porém, começou a embolar e por isso o governo federal deu um passo atrás e resolveu priorizar só os importados novamente.

A proposta é que a alíquota interestadual do ICMS sobre esses produtos seja reduzida para 4% a partir de 2012. Para os demais, será necessário discutir as perdas que cada Estado teria com a mudança, o que será feito ao longo das próximas semanas. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Argentina não cumpre acordo que prevê liberação de cargas

11/07/2011- O Estado do Paraná

Mais de um mês após o encontro da ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, pouca coisa mudou nas fronteiras do parceiro de Mercosul em relação aos exportadores brasileiros. Na época, foi firmado um compromisso de respeito ao prazo máximo de 60 dias para liberação de produtos importados, como recomenda a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No entanto, segundo exportadores nacionais, a relação comercial com os vizinhos do Sul permanece difícil e os produtos brasileiros continuam sendo retidos pela burocracia argentina por períodos superiores aos aceitos pela OMC. Segundo resposta oficial enviada pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), "não houve nenhuma mudança na relação comercial dos dois países. Tudo continua muito crítico".

O mesmo ocorre no segmento de calçados. O diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), Heitor Klein, confirma que o acordo não está sendo cumprido. "O acordo não aconteceu. As mercadorias continuam presas. Temos produtos esperando liberação desde março", reclamou.

Para ele, o governo brasileiro errou ao "afrouxar" na questão das licenças não automáticas de importação. "Precisamos aplicar a mesma medida. Infelizmente, essa é a única linguagem que eles entendem. Continuamos prejudicados com o não cumprimento de prazos".

O acordo foi firmado no dia 2 de junho, após um período de tensão nas relações comerciais entre os dois países, quando o Brasil decidiu retirar os automóveis da lista de produtos com licenças automáticas de importação. Mesmo sendo defendida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) como medida cautelar para evitar o desequilíbrio da balança comercial, a iniciativa foi interpretada como retaliação pelo governo argentino às barreiras impostas aos produtos brasileiros.

Na ocasião, os representantes do setor industrial dos dois países fixaram uma espécie de ato de boa vontade, prometendo flexibilizar as exigências de cada país para "melhorar a relação bilateral" e dar mais agilidade no cumprimento dos prazos estabelecidos pela OMC. Em nota conjunta, os ministros manifestam "disposição de facilitar os trâmites para obtenção e aprovação das licenças de importação, bem como liberação dos produtos que se encontram atualmente na fronteiras dos dois países". Na época, também ficou estabelecida a rotina de encontros mensais entre representantes dos dois governos.

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto Castro, o impasse está longe de ser solucionado. "Nada foi formalizado oficialmente, não teve nada escrito. O assunto não está resolvido, não se tem falado mais nada, mas existe muito interesse político", comentou. Segundo Castro, nessa "guerra comercial" o Brasil será sempre prejudicado. "Infelizmente, a Argentina acha que o Brasil tem sempre que atendê-la e isso tem acontecido. É como se existisse a ameaça velada de que, quando o Brasil deixa de vender à Argentina, a China está ocupando esse lugar".

Trabalhadores da construção civil aceitam proposta de empresas e desistem da greve

11/07/2011- O Estado do Paraná

s trabalhadores da construção civil aceitaram o reajuste oferecido pelas empresas do setor e desistiram da greve que havia sido aprovada pela categoria. A decisão foi tomada em uma assembleia realizada na noite desta sexta-feira (8).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Curitiba e Região (Sintracon), Domingos Oliveira Davide, o reajuste médio aprovado foi de 11,5% para quem recebe o piso salarial e de 10% para os demais salários. O reajuste será aplicado sobre o salário pago em maio deste ano.

Além do reajuste, o vale alimentação será ampliado de R\$ 180,00 para R\$ 205,00. Para Domingos, o resultado da negociação foi positivo. "Foi um resultado muito bom. Nós tivemos um aumento bem acima das principais capitais do País."

A proposta anterior das empresas, que oferecia 8,25% de reajuste, não havia sido aprovada pelos trabalhadores.

Fábrica de celulose importará peças pelo Porto de Paranaguá

11/07/2011- O Estado do Paraná

Chegarão pelo Porto de Paranaguá, a partir de outubro, peças para a maior fábrica de celulose de fibra curta do mundo. Representantes de duas empresas finlandesas que trarão o equipamento estiveram quinta-feira (07) em Paranaguá para conhecer a

estrutura do terminal. O empreendimento, denominado Projeto Eldorado, será construído em Três Lagoas (MS).

Cerca de 30 mil toneladas de equipamentos para a fábrica irão passar pelos berços do Porto de Paranaguá. Destas, 15 mil toneladas chegarão por contêiner, o que corresponde a 1.700 TEUs (twenty-foot equivalent unit) e o restante chegará em navios de carga geral. A previsão é que o material todo chegue em etapas pelo período de 12 meses. A fábrica deve entrar em operação já no segundo semestre de 2012.

A finlandesa Wasa Logistics foi responsável por todo o estudo logístico de transporte de Paranaguá até o local da fábrica no Mato Grosso do Sul. A Wasa optou pelo terminal paranaense pela localização privilegiada do Porto, o que permitirá fácil deslocamento das peças. De todas as peças transportadas, oito terão mais de 80 toneladas.

“Este é mais um dos muitos clientes que estamos conquistando nesses primeiros meses de trabalho. A nossa intenção é atrair cada vez mais movimentação de cargas para o Porto, principalmente a carga geral que tem alto valor agregado”, afirmou Lourenço Fregonese, diretor empresarial da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

Projeto

A fábrica contará com um investimento de R\$ 4,8 bilhões, tendo uma capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano de celulose. Parte desses recursos será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) juntamente com instituições financeiras do mundo todo. 30 mil hectares/ano de eucaliptos plantados no Brasil produzirão toda a matéria-prima necessária para que a fábrica produza por cerca de cinco anos.

Aproximadamente 70% de todo o material que será usado para a construção da fábrica é proveniente da Andritz, empresa da Finlândia que possui filial em Curitiba e decidiu usar o terminal portuário de Paranaguá para trazer suas peças. “A estrutura do porto de Paranaguá é ideal para o transporte dos equipamentos, o que vai agilizar e muito o trabalho de logística do empreendimento”, afirma Leoni M. D. Savaris, gerente da Andritz no Brasil.

Alíquota única de importação em 4% pode sair até o fim do ano

11/07/2011- O Estado do Paraná

O ideal de um pacto federativo entre os 26 estados brasileiros e mais o Distrito Federal no que tange o fim da guerra fiscal avançou, nesta semana, em Curitiba, com a 142ª reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), encerrada nesta sexta-feira (08). Dentre as diversas demandas que reforçam a necessidade de uma ampla reforma tributária e financeira no País, o ministro da fazenda em exercício e presidente do Confaz, Nelson Barbosa, elegeu quatro pontos prioritários: uniformização da alíquota de importação em 4%, padronização das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) interestadual, passando de 12% ou 7% (dependendo do estado) para 4%, a

consequente regulamentação da tributação sobre o comércio eletrônico e a divisão dos royalties do pré-sal.

Na avaliação do ministro, para que evoluam tais medidas, dois pontos se farão necessários ao longo deste segundo semestre: um desfecho sobre a distribuição dos royalties do petróleo e a estruturação dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional para os estados que, eventualmente, perderem com a padronização das alíquotas.

“É importante que cada estado comece a fazer sua parte nesta transição para que se crie um ambiente favorável à discussão e aprovação dessas resoluções pelo Congresso Nacional”, orientou o ministro. Barbosa acredita que se todos os estados se engajarem, a partir de janeiro de 2012, o País poderá contar com uma pacificação na disputa fiscal entre os estados.

O secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, mostrou-se otimista com os encaminhamentos dados durante a reunião. “Os estados amadureceram em relação aos incentivos fiscais e já possuem um entendimento de que qualquer vantagem tributária cria desigualdade na formação de preço, por isso acredito que estejamos no caminho para um pacto federativo em relação às alíquotas”, ressaltou. “O mesmo vale para a alíquota do ICMS de importação que, além de contribuir para a desindustrialização, fomenta a guerra fiscal entre os portos e aeroportos”, acrescenta.

Para Hauly, os desdobramentos positivos do emprego da mesma alíquota de ICMS interestadual atendem desde a regulamentação do comércio eletrônico, até a redução da sonegação fiscal, principalmente, em setores como a distribuição de combustível. “Reduziríamos em mais da metade as irregularidades relacionadas à sonegação fiscal do segmento de combustíveis”.

Com vistas a dar vazão ao que foi discutido em Curitiba, o Confaz deve realizar, em Brasília, uma reunião extraordinária antes da próxima agenda oficial do conselho que será no dia 30 de setembro, em Manaus (AM).

Dívidas dos estados e FPE

O endividamento dos estados, com taxas de juros acima da Selic, e as distorções no repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) também foram abordadas, mas o próprio presidente do Confaz não sinalizou qualquer avanço mais efetivo sobre os temas.

Outro tópico levantado na Confaz, mas que vai requerer novas rodadas de negociação, envolve a pauta de exportações brasileira. O secretário Hauly levantou a necessidade de se criar um calendário para a próxima década, a fim de acabar com a venda de minérios e commodities agrícolas in natura. “Do contrário, o Brasil será apenas uma fazenda exportadora de minérios e grãos, sem reter o valor desse tipo de produção”.

Regras para o cadastro do novo registro de ponto eletrônico pelo empregador no Ministério do Trabalho e Emprego

11/07/2011- O Estado do Paraná

De acordo com a Portaria 373 do Ministério do Trabalho e Emprego de 25/02/2011, a utilização obrigatória do Registro Eletrônico de Ponto (REP) para as empresas que a utilizam desta alternativa no controle de ponto de seus funcionários e que é previsto na Portaria 1510/2009 de 21/08/2009, terá início no dia 01/09/2011.

Na legislação publicada em 2009, é previsto que o empregador que optar pelo uso do SREP - Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, deve obrigatoriamente cadastrar-se no Ministério do Trabalho e Emprego.

O cadastro do Registro Eletrônico de Ponto - CAREP - para as empresas que utilizam o REP é procedimento previsto no artigo 20 da Portaria 1.510/2009, onde os empregadores que utilizam este tipo de sistema devem informar, por meio da Internet, seus dados cadastrais, os dados relativos ao REP, local de instalação, dentre outros exigidos na legislação, tais como o programa de tratamento utilizado no equipamento, permitindo ao empregador fazer inclusões e exclusões de forma justificada, além de gerar relatórios e arquivos padronizados.

O acesso a esse cadastro é feito pelo endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego: <http://portal.mte.gov.br/pontoeletronico>. [1]

Para o primeiro acesso ao CAREP, o usuário responsável pelo empregador deve estar de posse das seguintes informações:

-CPF do Responsável pelo CNPJ da empresa perante a Receita Federal;

- Data em que o CNPJ foi aberto na Receita Federal;

- Número de recibo da RAIS 2009. Caso a empresa ainda não tenha o número do recibo da RAIS 2009 pode obtê-lo pela Internet, no endereço eletrônico: www.rais.gov.br - opção "Impressão de Recibo". Para a impressão do recibo será necessário o número do CREA - Controle de Recepção e Expedição de Arquivo.

Tratando-se de vários estabelecimentos, o Registro de Ponto Eletrônico - REP poderá ser transferido entre filiais, entretanto, o local de instalação deverá ser alterado no equipamento e no Cadastro de Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - CAREP.

Deve ser feito apenas um cadastro para a matriz, sendo que nesse cadastro deverão ser informados todos os dados solicitados, inclusive das filiais.

Importante esclarecer que após a efetivação do cadastro não é emitido nenhum documento comprobatório desse registro, sendo que a verificação do regular cadastro do empregador será feito por meio de pesquisa ao CAREP, pelo próprio Auditor-Fiscal do Trabalho quando da realização da fiscalização. O empregador poderá consultar o CAREP para certificar se os dados cadastrados estão devidamente registrados. O cadastro é feito somente no Ministério do Trabalho e Emprego, não havendo necessidade da empresa comunicar o Sindicato ou outro órgão.

Assim, não basta o empregadora apenas adquirir o equipamento, deverá regularizar o cadastramento conforme acima narrado, para que possa o empresário enquadrar-se às regras do órgão estatal.

Alexandre Gaiofatto de Souza, Advogado sócio do Gaiofatto Advogados Associados; graduado pelas Faculdades Integradas de Guarulhos - FIG; pós-graduado em processo civil pela PUC/SP; MBA em direito da Economia e da empresa pela FGV/Ohio University; Membro da IV Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP.

Fábio Christófar, Advogado associado ao Gaiofato Advogados Associados; bacharel em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC; pós-graduado em Direito Empresarial pela UNIFMU -Universidades Metropolitana Unidas, São Paulo; pós-graduado em Direito do Trabalho, pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus, São Paulo. www.gaiofato.com.br

Após compra da Rhodia, Solvay foca em etanol

11/07/2011- Valor Econômico

O novo líder mundial da química resultante da aquisição da francesa Rhodia pela belga Solvay vai focar na utilização bem maior do etanol brasileiro em sua cadeia de produção, quando começar a operar em setembro.

Jean-Pierre Clamadieu, presidente global de Rhodia, disse ao **Valor** que a nova companhia identificou o etanol brasileiro como a matéria-prima renovável com o melhor nível de competitividade, como elemento de base para a cadeia petroquímica "e isso exigirá o desenvolvimento de nossa produção no Brasil".

Por isso, uma das prioridades da nova companhia será o de desenvolver o acesso a matérias-primas renováveis, com parceiras com produtores, de um lado, e expansão de fábricas para utilizar o produto. Implicará, em todo caso, em investimentos futuros de centenas de milhões de dólares no país.

Clamadieu mostra-se entusiasmado com as possibilidades no uso do etanol de cana-de-açúcar na cadeia petroquímica. "As indústrias químicas querem usar material renovável. E claramente, o etanol brasileiro é o melhor, pela sua intrínseca competitividade. A produção brasileira é muito eficiente, mais do que na Europa ou América do Norte."

O executivo diz que a Rhodia foi uma das primeiras a usar etanol para uso industrial. Ele vê competidores com mais projetos na mesma direção, mas estima que o novo grupo "pode fazer mais".

Para Clamadieu, a nova companhia pode ampliar a capacidade de produção tanto por aquisições como expandindo as fábricas existentes da Solvay e Rhodia. "Estamos sempre olhando oportunidades no Brasil e continuaremos a fazer isso, mesmo se hoje não há alvo evidente de dimensão significativa", afirmou o executivo.

Os preços de aquisição tem aumentado, mas o executivo nota que em 2010 comprou uma empresa na China com múltiplos razoáveis, de forma que quer continuar se expandindo assim.

Atualmente, um terço dos investimentos em crescimento ocorre no Brasil, valor só superado pelos aportes na China. O Brasil representa 17% do faturamento da Rhodia. Na nova companhia, a América do Sul representará 14%.

O executivo admite alguns obstáculos a serem superados para maior uso do etanol. Primeiro, a tecnologia para produzir mais produtos químicos a partir do etanol. Isso explica o motivo para investir mais em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de obter do etanol um desempenho economicamente viável. O grupo gastará € 200 milhões por ano nos vinte centros de pesquisa e desenvolvimento, um quarto deles situados na Ásia e no Brasil.

O segundo obstáculo é assegurar contratos de longo prazo com fornecedores do biocombustível no país, "o que não é fácil". Em todo caso, ao contrário de alguns competidores, não quer entrar no controle direto de fábricas de etanol.

Tereos, grande produtora de etanol no Brasil, reagiu positivamente aos planos de parceria. "Isso mostra a importância e o tamanho do potencial do etanol", afirmou Alex Duval, presidente da Tereos Internacional.

O terceiro desafio é a contínua intervenção do governo no setor, de forma que acaba pesando sobre o preço da matéria-prima.

O executivo reclama, por outro lado, do preço do nafta no Brasil, semelhante ao da Europa. Considera que o governo brasileiro regula exageradamente o preço da matéria-prima, cuidando dos interesses da Petrobras e não ajudando na competitividade da indústria.

O plano do grupo é aumentar a exportação a partir do Brasil, que é hoje limitada a 25% da produção. Mas admite que os desafios são grandes, tanto logísticos, como tributários, câmbio etc. "Mas estamos nos habituando ao real forte, temos que ser competitivos."

A expectativa é de que a integração Solvay-Rhodia resulte em sinergias de custos anuais de € 150 milhões em três anos. O nome do novo grupo globalmente será Solvay, mas no Brasil será preservado o nome Rhodia em razão da firme e longa presença da companhia francesa no mercado brasileiro.

À sombra do crédito, gestores ganham com operações em atraso

11/07/2011- Valor Econômico

"Eu e meu marido precisamos alugar um imóvel e o nome dele foi incluído no Serasa por causa dessa Itapeva Multicarteira Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) não padronizado. Nunca vi mais gorda essa empresa e nunca recebemos carta com qualquer cobrança", queixa-se a consumidora no site Reclame Aqui.

Tal estranhamento reflete um segmento do mercado que cresce à sombra do próprio crédito na economia: o de fundos de recebíveis que compram carteiras vencidas. Apesar de o FIDC soar como um palavrão aos leigos, trata-se de uma estrutura cada vez mais usada por casas especializadas, que adquirem os direitos sobre a dívida de pessoas físicas ou empresas e também passam a aparecer como credoras titulares nas pesquisas de restrição financeira feitas pelo devedor junto aos birôs de crédito.

Como esse mercado é formado por fundos não padronizados, é difícil dimensionar o tamanho dele com exatidão. Levantamento feito pela Uqbar para o **Valor**, com base no tipo de recebível que os gestores podem comprar conforme o regulamento, lista pelo menos 18 FIDCs autorizados a comprar créditos atrasados. Essas carteiras reúnem um patrimônio de R\$ 4,1 bilhões, mas o volume é inflado pelo recém criado Caixa BTG Pactual Multisegmentos NP, que concentra ativos do PanAmericano. Ou seja, tirando essa carteira, os portfólios somam pouco mais de R\$ 700 milhões.

Poderia ser muito mais. Afinal, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) conta com quase R\$ 170 bilhões em operações vencidas há mais de 60 dias e algo entre 40% e 45% disso refere-se a operações de varejo, diz Salvatore Milanese, sócio da KPMG, que estima que o volume de cessão ao ano ronde R\$ 15 bilhões ou R\$ 20 bilhões.

Gestoras como a Credigy, ligada ao National Bank of Canada, a Velum e o Deutsche têm comprado quase que exclusivamente operações de consumo. Concorrem com a RCB Investimentos, dona do fundo Itapeva, citado no início do texto, e que adquire recebíveis tanto do setor financeiro quanto de varejistas. Renato Mazzuchelli, presidente da empresa, não precisa do patrimônio dos fundos, mas diz que já comprou R\$ 5 bilhões em direitos creditórios. "Há capital de sobra para alocar, mas falta papel, há uma resistência cultural dos bancos em ceder essas operações", diz. "Tem investidor com US\$ 100 milhões para aplicar e só tem US\$ 10 milhões alocados."

Dos cinco grandes nomes do varejo bancário local - Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa, Bradesco e Santander -, o que se ouve no mercado é que só o espanhol vende sistematicamente carteiras inadimplentes em leilões. Outros estrangeiros menores no Brasil, como HSBC e Citi, também adotam a estratégia.

O Citi fez um leilão de créditos no ano passado e planeja fazer outro no segundo semestre. "Vendemos a carteira quando as possibilidades de recuperação se esgotaram", diz o vice-presidente de gerenciamento de risco do Citi, Victor Loyola. A cobrança com gestão interna é feita por 180 dias e depois disso o papel é "terceirizado" para assessorias externas. Só os portfólios bem velhos são realmente cedidos.

A Velum, com patrimônio de R\$ 100 milhões distribuídos em sete portfólios, tem R\$ 3 bilhões em dívidas compradas e 5 milhões de devedores. Dois fundos adquirem direitos creditórios de varejistas e instituições financeiras, diz o presidente da empresa, Fabiano Ramos. "A Velum capta recursos e apresenta soluções para o credor original, tais como Lojas Marisa e Pão de Açúcar. Propõe adquirir um ativo que vale zero no balanço e só representa custos de cobrança", exemplifica. "Assim, as redes podem limpar o balanço e focar na atividade nobre. Isso dá oxigênio de capital para investir numa loja nova, comprar estoques."

Com o crédito crescendo a um ritmo de 20% nos últimos anos, Ramos diz que tanto o varejo quanto as instituições financeiras começam a enxergar com bons olhos a cessão de dívidas vencidas. "Com taxas de expansão de 15% a 20% ao ano, o balanço não aguenta, é uma forma de levantar capital sem precisar de acordo de acionistas ou aval."

O Banco do Brasil tem por hábito fazer a cessão de créditos inadimplentes para uma empresa do próprio grupo, a Ativo S/A, porque ainda vê dificuldades de se estabelecer um preço justo numa venda para um FIDC, conta o diretor de crédito da instituição, Walter Malieni. Mas quando houver pressão de capital pelo acordo de Basileia 3, talvez passe a recorrer à venda para terceiros. "Haverá um incentivo para se recompor o capital mais rapidamente."

Quanto mais tranquila for a posição de capital do banco, menos suscetível ele estará a repassar ativos podres para fundos de recebíveis, diz Pedro Junqueira, sócio da Uqbar. "Por trás disso tem a estratégia ligada à capacidade de avaliação de risco e também a preservação do relacionamento com o cliente." Os pequenos, por sua vez, fazem há uma década a cessão de ativos performados (bons) para antecipar receitas, mas evitam fazer de créditos em atraso, porque isso poderia passar uma imagem de fragilidade para o mercado.

A compra de ativos em inadimplência por fundos é relativamente nova no Brasil. Começou em meados da década por iniciativa de gestores estrangeiros, já

acostumados a fazer dinheiro lá fora com aquilo que em geral vira prejuízo no balanço de bancos, financeiras ou varejistas. O Deutsche atua nesse mercado com capital da matriz e compra basicamente operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), cartões e financiamento de veículos em leilões ou negociações bilaterais, diz Nuno Correia, superintendente executivo de mercado de capitais e soluções de tesouraria para Brasil. "A recuperação é muito rentável", diz, sem revelar performance dos fundos.

Olhando dados disponíveis na CVM é possível ver retornos da ordem de 40% ao ano, mas também carteiras com prejuízos na casa dos 80%. Quem comprou ativos na fase anterior à crise de 2008 se deu mal, conta o executivo de um banco. Junqueira, da Uqbar, adverte, porém, que é pouco confiável olhar a rentabilidade publicada, pois não há padronização na contabilidade de direitos creditórios adquiridos.

Na ponta do investimento, estão os próprios estruturadores desses portfólios, famílias abastadas ou institucionais estrangeiros com apetite para ativos de alto risco. Trata-se de um público que está de olho nos elevados retornos que essa estrutura pode proporcionar, na média, de 25% a 30% ao ano, num horizonte de tempo não muito extenso, de três a cinco anos.

Advogados reclamam de atraso em audiências da Justiça do Trabalho

11/07/2011- Valor Econômico

Em dia de audiência trabalhista é praxe entre os advogados não marcar mais nenhum compromisso importante. Alguns deixam avisado que talvez nem voltem mais para o escritório. Eles também recomendam a clientes e testemunhas que cancelem todas as suas obrigações, mesmo que a audiência esteja marcada para os primeiros horários da manhã. Os atrasos são praticamente inevitáveis. Alguns juízes de varas de Pernambuco, por exemplo, agendam audiências de um em um minuto. Em São Paulo, o espaçamento é maior, chega a dez minutos. Com tantos casos, é comum que alguns julgamentos tenham que ser remarcados, e a espera pode chegar a um ano.

Os atrasos são comuns no Judiciário. Mas são maiores na área trabalhista, devido ao número crescente de audiências. Os juízes têm uma elevada carga de trabalho e muitos não conseguem se organizar, segundo advogados. A Justiça do Trabalho conta com apenas 1,7 magistrado, em média, para cada grupo de 100 mil habitantes. Cada um dos 2,6 mil juízes de primeira instância do país trabalha anualmente com cerca de 2,4 mil processos passíveis de julgamento, de acordo com o estudo Justiça em Números 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Como não há controle, os atrasos já foram incorporados na rotina dos profissionais. O advogado Marcos Alencar, que atua em Recife (PE), conta que, em determinado dia, tinha uma audiência marcada para as 8h10, em uma vara que chega a pautar julgamentos de um em um minuto. Nesse horário, porém, já havia dez casos na sua frente. "Assim, é impossível de se cumprir o horário agendado", diz ele, lembrando que são ouvidas em média duas testemunhas por audiência de instrução, que não dura menos que 25 minutos. "Algumas podem chegar a três horas. Os últimos da pauta podem ficar esperando durante horas."

Inconformado, o advogado já tentou por diversos caminhos resolver o problema. Ele reclamou no CNJ, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), protestou em vídeo no You Tube, postou reclamações em seu blog e até elaborou um projeto de lei sobre o tema. "O juiz pode atrasar o tempo que for. Mas se uma das partes chegar um minuto

atrasada na audiência, ou perde o processo, quando for o reclamado, ou terá seu processo arquivado, se for o reclamante", afirma.

Advogado Marcos Alencar: projeto de lei contra atrasos em audiências

O CNJ julgou o pedido de Alencar. Porém, entendeu, por maioria, que não seria competente para regular o tema e que os atrasos deveriam ser analisados pelas corregedorias estaduais. Na OAB, o advogado afirma ter entrado com pedido de providências. Anexou atas que comprovariam os atrasos e várias fotos com pessoas idosas, crianças que acompanhavam seus pais e deficientes, que se submeteram ao que ele chama de "horas desumanas de espera". A Ordem já enviou ofício à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho solicitando providências.

Sem uma resposta concreta, Alencar chegou a elaborar este ano um projeto de lei sobre o tema. No texto, sugere o adiamento automático das audiências com atraso superior a 30 minutos. O projeto foi apresentado há três meses para deputados em Pernambuco. Mas, por ora, nenhum deles se interessou por levar adiante a proposta.

Para Alencar, no entanto, o problema tem solução. Em primeiro lugar, os juízes precisariam chegar no horário marcado para o início das audiências e agendá-las "com intervalos reais". Por fim, que sejam adiadas audiências com muito atraso. Seu protesto no You Tube sobre o que ele chama de "atraso crônico da Justiça Trabalhista" já foi indicado por cerca de 270 pessoas no Facebook.

A advogada Cristiane Fátima Grano Haik, sócia da PLKC Advogados, que atua na capital paulista, também afirma sofrer diariamente com esses atrasos. "Só dá para finalizar uma audiência em dez minutos se houver um acordo previamente firmado", diz. Para ela, seria muito mais razoável marcar julgamentos a cada meia hora. "Cheguei uma vez para uma audiência marcada para as 11h e o juiz me chamou somente no fim da tarde, por volta das 18h para remarcar o caso." Para ela, os atrasos ocorrem porque os juízes estão sobrecarregados de processos.

Os advogados foram obrigados a incorporar esses atrasos na rotina de trabalho, segundo a advogada Eliane Ribeiro Gago, sócia da Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados, que também atua em São Paulo. Apesar de reconhecer que os juízes estão sobrecarregados, ela afirma que caberia a cada um deles organizar melhor as pautas, para equilibrar casos mais simples com aqueles mais complicados e conseguir cumprir a agenda. O advogado Rui Meier, sócio do Tostes e Associados Advogados, que atua no Rio de Janeiro, também defende uma melhor organização das agendas dos magistrados. "Tanto daria para cumprir o horário que muitos cumprem."

Porém, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant'Anna, afirma que muitos juízes já tentam fazer a chamada "pauta inteligente", tentando balancear casos simples com complexos. "Mas o juiz não consegue prever o tempo de duração", justifica. Em um caso aparentemente simples, por exemplo, as partes podem achar necessário que se ouçam várias testemunhas. Por outro lado, um caso complexo pode ser resolvido rapidamente com um acordo. Isso justificaria, segundo Sant'Anna, o pequeno intervalo entre uma audiência e outra, para que o juiz possa otimizar ao máximo a prestação jurisdicional. Para ele, "esses atrasos, no entanto, não podem ser entendidos de maneira nenhuma como descaso por parte dos juízes".

Para o juiz trabalhista Rogério Neiva, os atrasos são o preço pago pela celeridade. "Não tem mágica, é uma questão matemática. Se eu marcar audiências de duas em

duas horas, por exemplo, vou ter que diminuir o número de casos julgados e haverá um aumento na duração dos processos."

SENAI paranaense realiza gestão ambiental da Olimpíada do Conhecimento

11/07/2011- Agência CNI

Curitiba - O [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná \(SENAI/PR\)](#) está realizando a gestão ambiental dos resíduos sólidos e um inventário dos gases de efeito estufa gerados durante a Olimpíada do Conhecimento, realizada em Curitiba nesta semana.

Todos os resíduos gerados no evento são separados e acondicionados para facilitar a coleta seletiva. A separação é feita pelos competidores e visitantes, que jogam os resíduos em lixeiras destinadas a cada tipo de material. A separação secundária está sendo feita pela Cooperativa de Catadores (Catamare). Ao final do evento, os resíduos serão doados à cooperativa.

A outra ação visa a medição de todas as emissões originárias do transporte rodoviário e aéreo, consumo GLP, emissões oriundas dos resíduos sólidos, energia, hospedagens, entre outros. Na etapa de Curitiba, foram emitidas, até agora, 40,36 toneladas de CO₂. A compensação das emissões será através do projeto REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Além de contribuir com as mudanças climáticas, o projeto promove a conservação das florestas. Depois do evento, o SENAI/PR repassará a cota financeira correspondente às emissões, e estes recursos serão destinados à Reserva Indígena Marrecas, em Tunas. A reserva contribui para a manutenção de floresta de Araucária.

Volvo investe R\$ 80 mi em instalações de pintura

11/07/2011- Newsletter Automotive

Junto com a apresentação da [nova linha F](#) de caminhões, que atende as exigências da norma de emissões Conama P7, a Volvo anunciou investimento de R\$ 80 milhões na fábrica de Curitiba (PR). O aporte irá ampliar as instalações de pintura e faz parte do programa de US\$ 250 milhões para a unidade entre 2009 e 2012.

O presidente da companhia no Brasil, Roger Alm, não detalha a capacidade produtiva da fábrica nacional. "Temos capacidades diferentes em cada área", conta. O executivo explica, no entanto, que o paint shop para as cabines é o principal gargalo para que a companhia amplie a produção no País. Enquanto a área de motores trabalha atualmente em três turnos e a montagem final em dois, a área de pintura opera com quatro turnos. "Isso significa que não paramos nem para o almoço", esclarece.

Entre os investimentos em curso, A Volvo tem US\$ 50 milhões destinados à melhoria da infraestrutura da fábrica. A montadora também está nacionalizando a produção do câmbio automatizado i-shift, que já equipa 72% dos caminhões FH vendidos pela

companhia. O índice está próximo ao da Europa, onde 79% dos veículos comercializados pela empresa têm a tecnologia. Com o aporte de US\$ 25 milhões para iniciar a fabricação local, a expectativa é que, rapidamente, a transmissão equipe 90% dos veículos vendidos no Brasil.

Caminhões: Iveco cresceu 49,5% no 1º semestre

11/07/2011- Newsletter Automotive

A Iveco comemora os bons resultados obtidos no segmento de veículos comerciais. No primeiro semestre a empresa emplacou 6.802 caminhões, 49,5% mais do que no mesmo período de 2010 (4.548). A evolução no segmento de ônibus foi ainda maior, de 222%, com um avanço de 217 unidades para 699 na mesma comparação. Os dados foram registrados pela Fenabrave, entidade dos distribuidores de veículos.

No ranking das vendas do ano a marca do Grupo Fiat ocupa a sexta posição entre os caminhões, com 8,21% de participação, e a quinta entre os ônibus, com 4,27%. São classificados como caminhões os veículos com PBT (peso bruto total) acima de 3,5 toneladas. Somados também veículos abaixo desse limite, a empresa informa que comercializou 9.158 unidades no semestre, ante 6.014 nos primeiros seis meses de 2010.

"Não tínhamos experimentado um crescimento como esse antes", disse Lúcio Bicalho, diretor de qualidade, ao jornalista Eduardo Kattah, da Agência Estado. Para o diretor de vendas e marketing, Alcides Cavalcanti, o resultado está ligado fundamentalmente à ampliação da oferta de produtos e às 94 concessionárias. Ele informa que a marca comercializou um total de 16 mil unidades em 2010 e este ano pode chegar a 20 mil.

A planta da Iveco em Sete Lagoas, MG, tem capacidade de produzir 70 mil unidades e também produz veículos comerciais para a Fiat Automóveis e para exportação. A empresa emprega no Brasil 2,6 mil funcionários.

IPCA estoura a meta em 12 meses e vai a 6,71%, mas em desaceleração

11/07/2011- Correio do Brasil

A inflação oficial segue comportada no mês, mas elevada quando se considera a taxa acumulada. Segundo divulgou nesta quinta-feira o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho ficou em 0,15%, na quinta desaceleração seguida. Ficou bem abaixo de maio (0,47%) e no menor nível desde agosto (0,04%).

Mas em 12 meses chegou a 6,71%, ante 6,55% no período imediatamente anterior e estourando o topo da meta da inflação fixado pelo governo (6,5%). Alimentos e transportes foram responsáveis por quase metade da alta desse período. Com isso, o IPCA do primeiro semestre teve alta de 3,87%, acima de igual período de 2010 (3,09%).

Esses dois grupos explicam também a desaceleração em junho. Os preços dos alimentos, que haviam subido 0,63% no mês anterior, tiveram deflação de 0,26%. Já

os transportes passaram de -0,24% para -0,61%. "Entre os alimentos, muitos ficaram mais baratos de um mês para o outro, destacando-se a batata-inglesa (de 6,02% em maio para -11,38% em junho) e a cenoura (de -9,30% para -16,31%). Mesmo entre os produtos alimentícios em alta, muitos mostraram desaceleração na taxa de crescimento de um mês para o outro, como o queijo (de 1,90% para 1,05% em junho), o iogurte (de 2,07% para 1,01%), o leite em pó (de 1,60% para 0,62%) e o açúcar refinado (de 1,18% para 0,50%)", informou o instituto.

No grupo transportes, o litro da gasolina, que teve alta de 0,85% em maio, registrou deflação de 3,94% no mês passado. Na mesma base de comparação, o etanol continuou em queda, embora menos acentuada (de -11,34% para -0,84%). Somados, os preços dos combustíveis recuaram 4,25% em junho, com impacto de -0,20 ponto percentual na taxa total. Entre as altas do grupo (que teve taxa de -0,61%), os preços das passagens aéreas aumentaram 12,85% e as tarifas de ônibus urbanos, 0,79%, segundo o IBGE "em consequência das variações nos ônibus do Rio de Janeiro (1,21%); em Belém (4,19%); e em Goiânia (8,23%)".

Após 39 meses o ICV registra deflação

11/07/2011- Dieese

Em junho, o custo de vida no município de São Paulo apresentou variação negativa de -0,34%. A taxa foi inferior à deflação observada no Índice do Custo de Vida - ICV - calculado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) - em fevereiro de 2008, quando ficou em -0,03%. Com relação à variação de maio (0,04%), a diferença foi acentuada, ou seja, -0,38 ponto percentual (pp).

Os grupos que mais colaboraram com a queda da inflação foram Transporte (-2,07%) e Alimentação (-0,83%), que juntos contribuíram com redução de 0,57 pp no cálculo da taxa de junho. Habitação (0,71%), Despesas Pessoais (0,48%) e Saúde (0,26%) neutralizaram, em parte, a queda, pois tiveram impacto de 0,22 pp no ICV.

Na Habitação (0,71%), os subgrupos apresentaram taxas distintas, com 0,46%, em locação, impostos e condomínio; 0,09%, em operação do domicílio e 3,51% para conservação do domicílio. Neste último subgrupo, o aumento deve-se ao reajuste na mão de obra da construção civil, que chegou a 6,76%.

O grupo Saúde (0,26%) registrou variações pequenas e semelhantes entre os subgrupos: assistência médica (0,26%) e medicamentos e produtos farmacêuticos (0,27%).

Nas Despesas Pessoais (0,48%), a alta foi detectada nos produtos e serviços de higiene e beleza (0,89%), já que o subgrupo fumo e acessórios não teve alteração de valor.

Os produtos in natura e semielaborados tiveram recuo de 2,75%, determinante para a taxa negativa verificada na Alimentação (-0,83%). Os demais subgrupos, porém, subiram: alta de 0,66% para os produtos da indústria alimentícia e 0,78%, na alimentação fora do domicílio.

Houve retração nos preços de boa parte dos produtos in natura e semielaborados, mas a desagregação deste subgrupo revela comportamentos distintos entre os itens:

- Legumes tiveram aumento de 3,16%, com alta acentuada na berinjela (10,70%), tomate (7,98%) e pepino (7,18%) e queda marcante no pimentão (-17,25%);
- Leite in natura, com aumento de 0,50%;
- Carnes registraram recuo de 0,28%, com variações negativas tanto para a bovina (-0,29%) quanto para a suína (-0,07%);
- Grãos tiveram queda de 2,86%, devido à retração no preço do feijão (-0,54%) e do arroz (-3,89%);
- Aves e ovos recuaram 3,87%, com queda no preço do frango (-4,29%) e dos ovos (-2,01%);
- Raízes e tubérculos tiveram redução de 6,88% devido à forte diminuição nos preços da cenoura (-14,23%), beterraba (-12,50%) e batata (-12,28%);
- Hortaliças recuaram 9,44%, resultado de queda generalizada nos preços dos componentes, com destaque para a alface (-12,09%) e;
- Frutas, com diminuição de 11,45%, consequência de oscilações típicas da sazonalidade dos produtos que compõem esse item: morango (-20,91%), laranja (-16,75%) e abacaxi (-10,50%).

A elevação de 0,66% no subgrupo da indústria da alimentação resultou de altas mais acentuadas em alguns produtos como: leite em pó (3,21%), café (3,03%) e margarina (2,49%). Na alimentação fora do domicílio (0,78%), os dois itens subiram: refeição principal, 0,60%, e lanches, 1,05%.

A queda no **Transporte (-2,07%)** ocorreu, unicamente, no subgrupo individual (-3,00%), uma vez que o coletivo não apresentou variação. Foram observadas taxas negativas em todos os componentes dos combustíveis (-5,44%): álcool (-10,81%), gasolina (-3,50%) e diesel (-0,18%); responsáveis por -0,36 pp no cálculo da inflação do mês.

Índices por estrato de renda

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercis da renda das famílias paulistanas¹. Em junho, as taxas foram negativas: estrato 1, -0,30%; estrato 2, -0,45%; e estrato 3, -0,29%. As variações deste mês, em relação às de maio, apontaram queda generalizada para todos os estratos: 1, -0,48 pp; 2, -0,49%; e 3, -0,30 pp.

Resultado da inflação nas taxas por estrato

As taxas inflacionárias por estrato de renda são distintas, resultado da forma como as famílias distribuem os gastos, o que varia segundo o poder aquisitivo.

A alta na **Habitação** teve alguns componentes inflacionários, como locação, impostos e mão de obra da construção civil. Estes aumentos tiveram impacto de forma crescente segundo o poder aquisitivo sobre o cálculo das taxas por estrato de renda, correspondendo a 0,14 pp, para o estrato 1; 0,15 pp, para o estrato 2 e 0,17 pp, para o estrato 3.

O aumento no grupo **Saúde** resultou em contribuições pequenas no cálculo das taxas por estrato de renda de 0,02 pp, para o primeiro estrato; 0,03 pp, para o segundo e 0,04 pp, para o terceiro.

A queda na **Alimentação** beneficiou mais as famílias de menor nível de rendimento, reunidas no estrato 1, com impacto de -0,39 pp, e de -0,36 pp, no estrato 2, dado que a alimentação é uma despesa significativa para a população de baixa renda. O benefício para aquelas de maior poder aquisitivo, que compõem o estrato 3, foi bem menor, ficando em -0,14 pp.

A retração no **Transporte**, que teve como principal origem a queda no preço dos combustíveis, beneficiou mais as famílias do estrato 3 (-0,40 pp); em seguida, as do estrato 2 (-0,30 pp); e, por último, as do estrato 1 (-0,12 pp).

As somas das contribuições dos outros seis grupos que compõem o ICV tiveram impacto semelhante para as diferentes famílias, com contribuição conjunta de 0,04 pp.

Portanto, as diferenças captadas em junho entre estratos de renda podem ser atribuídas aos quatro grupos: **Habitação**, **Saúde**, **Alimentação** e **Transporte**, que juntos levaram o cálculo da inflação para -0,35 pp para o 1º, -0,48 pp para o 2º e -0,33 pp para o 3º estrato.

Inflação acumulada

A inflação acumulada nos últimos 12 meses é de 6,82% para o conjunto de famílias do município de São Paulo e cresce à medida que a renda aumenta, ficando em 6,56%, para o estrato 1; 6,70%, para o estrato 2; e 6,93%, para o estrato 3. Em 2011, a alta acumulada chega a 3,13%, com comportamento semelhante às taxas anuais, ou seja, crescendo à medida que aumenta o poder aquisitivo: estrato 1, 2,66%; estrato 2, 2,76% e estrato 3, 3,41%.

Comportamento dos preços em 2011

Dos 10 grupos que compõem o ICV-DIEESE, **Transporte (6,13%)** e **Educação e Leitura (5,45%)** tiveram elevação superior à taxa geral (3,13%); **Despesas Pessoais (3,97%)**, **Saúde (2,80%)** e **Habitação (2,60%)** variaram de forma semelhante à inflação; **Alimentação (2,08%)**, **Vestuário (2,00%)**, **Recreação (0,19%)** e **Equipamento Doméstico (-1,31%)** tiveram alta menor ou negativa.

No grupo **Transporte (6,13%)**, o aumento deu-se em nos dois subgrupos, coletivo (9,40%) e individual (4,68%). Os reajustes praticados no transporte coletivo foram mais significativos: táxi, 18,09%; ônibus municipal, 11,11%; metrô, 9,43% e trem, 9,43%. O subgrupo individual vinha pressionando a inflação devido às altas nos combustíveis e, em junho, com a retração dos preços da gasolina, do álcool e do diesel, a taxa do ano ficou menor em relação à de maio. Na **Educação e Leitura (5,45%)**, as taxas dos subgrupos foram bem distintas, de 5,67% para educação e 1,74% para leitura.

As **Despesas Pessoais (3,97%)** apresentaram taxas semelhantes nos subgrupos: higiene e beleza (3,15%) e fumo e acessórios (4,96%). Em 2011, a alta na **Saúde (2,80%)** foi resultado principalmente dos reajustes nos medicamentos e produtos farmacêuticos (5,00%), taxa esta bem superior à do subgrupo assistência médica (2,26%). Quanto à **Habitação (2,60%)**, as maiores taxas foram detectadas na conservação (4,99%) e locação, impostos e condomínio (3,97%), sendo menores no subgrupo da operação do domicílio (1,27%).

Quanto à **Alimentação (2,08%)**, os subgrupos tiveram comportamento diferenciado, com deflação nos produtos in natura e semielaborados (-1,50%) e taxas positivas na indústria da alimentação (4,10%) e alimentação fora do domicílio (6,56%).

Os reajustes no **Vestuário (2,00%)** foram equivalentes para roupas (2,37%) e calçados (1,62%). A **Recreação (0,19%)** apresentou pequena variação, com deflação nos produtos (-0,85%) e taxa positiva nos serviços (1,68%). O grupo do **Equipamento Doméstico (-1,31%)** registrou taxas distintas para os subgrupos: rouparia (3,67%), utensílios (1,67%), eletrodomésticos (-1,92%) e móveis (-2,85%).

Comportamento dos preços nos últimos 12 meses

Chama atenção a queda da taxa anualizada dos dois últimos meses, que passou de 7,33% (abr/11) para 7,21% (mai/11) e em junho ficou em 6,82%.

Dois grupos apresentaram taxas anualizadas superiores ao índice geral: **Transporte (9,52%)** e **Alimentação (9,52%)**. A **Habitação (6,21%)**, **Educação e Leitura (5,88%)** e **Despesas Pessoais (5,12%)** praticaram reajustes semelhantes ao índice geral. Poucas variações ocorreram nos grupos: **Saúde (3,83%)**, **Vestuário (2,47%)**, **Recreação (1,76%)** e **Equipamentos Domésticos (-2,08%)**.

A alta verificada no **Transporte (9,52%)** se deu de forma semelhante nos dois subgrupos: coletivo (9,72%) e individual (9,43%). Neste último, cabe ressaltar o reajuste no álcool (29,28%) e na gasolina (10,92%). Na **Alimentação (9,52%)**, as taxas dos subgrupos foram elevadas, principalmente, na alimentação fora do domicílio (12,74%) e equivalentes nos outros dois subgrupos: produtos in-natura e semi-elaborados (8,60%) e bens da indústria da alimentação (8,77%).

A taxa da **Habitação (6,21%)** reflete, principalmente, os aumentos dos subgrupos locação, impostos e condomínio (11,48%) e conservação do domicílio (7,94%), uma vez que a operação (3,20%) apontou variação bem menor. Na **Educação e Leitura (5,88%)**, observou-se aumento acentuado na educação (6,20%) e taxa pequena no subgrupo leitura (0,43%). As **Despesas Pessoais (5,12%)** tiveram aumentos semelhantes: fumo e acessórios (5,06%) e higiene e beleza (5,17%).

No grupo **Saúde (3,83%)**, as taxas foram inferiores ao índice geral em ambos os subgrupos: medicamentos e produtos farmacêuticos (5,48%) e assistência médica (3,42%). O **Vestuário** apresentou variação de **2,47%**, sendo ligeiramente maior para os calçados (3,20%) e menor para as roupas (2,02%). **Equipamentos domésticos (-2,08%)** apontaram deflação nos eletrodomésticos (-4,42%) e móveis (-2,38%) e taxas positivas na rouparia (4,51%) e nos utensílios (3,04%).

Considerações finais

Para muitos analistas econômicos, no início deste ano, a grande preocupação em relação à questão inflacionária era a contaminação de aumentos indiscriminados de preços na economia. Entretanto, nestes dois últimos meses, as taxas do ICV caíram de 0,80%, em abril, para 0,04%, em maio, e -0,34%, em junho. O trimestre fechou com variação de 0,50%, o que traz certa tranquilidade quando se leva em consideração as expectativas pessimistas de aumentos desordenados nos preços.

A comparação destes dois primeiros trimestres de 2011 com igual período de anos anteriores revela que, no 1º trimestre de cada ano, as taxas acumuladas são elevadas devido à certa sazonalidade de reajustes de alguns bens e serviços como mensalidades escolares, alimentação fora do domicílio, serviços pessoais, impostos, tarifas de transporte, combustíveis, produtos alimentícios in natura, entre outros; no 2º trimestre, de um modo geral, as taxas caem acentuadamente, dado que grande parte dos aumentos praticados uma vez ao ano já ocorreram.

Os primeiros trimestres desses quatro anos apontaram taxas elevadas. O que chama a atenção é que nos trimestres seguintes, essas taxas caem acentuadamente, exceto em 2008, consequência das altas nos preços internacionais das commodities, que vieram a refletir no mercado interno brasileiro.

Portanto, toda a preocupação que se colocava não é mais motivo de grandes especulações, dado que não foge aos padrões normais de reajustes detectados ao longo de quase todos os anos da série do ICV.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 8/7/2011

Educação profissional: Haddad diz que expansão da rede é estratégica

11/07/2011- Correio do Brasil

O ministro da Educação, Fernando Haddad, considera a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica um dos projetos estratégicos mais importantes na área do ensino no país. Na manhã desta quinta-feira, Haddad visitou as obras de mais uma etapa da expansão, a do campus Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Ele foi acompanhado pelo secretário de educação profissional e tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco, e pelo reitor do instituto, Wilson Conciani.

– O ensino médio exige cuidados em todo país, e o papel dos institutos federais é justamente capitalizar um processo de qualificação do ensino médio –, disse o ministro.

– Nós já temos o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], os institutos federais, o programa Brasil Profissionalizado, várias iniciativas para dar ao ensino médio público condições para que aconteça o mesmo que aconteceu com o ensino fundamental: que ele reaja do ponto de vista de qualidade.

A nova unidade do instituto brasileiro, na quadra 610 Norte (Plano Piloto), tem cerca de 80% do projeto concluído e previsão de entrega para este ano. No início de 2012, de acordo com as expectativas, serão atendidos 1,2 mil estudantes, em três turnos. Quando estiver em pleno funcionamento, o campus oferecerá formação técnica e tecnológica a mais de 3,2 mil pessoas.

A unidade de ensino terá opções de cursos nas áreas de informação e comunicação, hospitalidade e lazer, gestão e negócios e produção cultural. Nela serão ministrados cursos técnicos (informática, telecomunicações, eventos, guia de turismo, serviços públicos e dança, entre outros), superiores de tecnologia (desenvolvimento de sistemas e gestão pública) e de licenciatura (educação profissional e matemática). Também oferecerá cursos de pós-graduação e de formação continuada a trabalhadores.

A próxima fase da política de expansão prevê a implantação de 120 unidades dos institutos federais, com prioridade para as microrregiões e cidades com mais de 50 mil habitantes. A rede federal reúne 38 instituições de ensino técnico-profissionalizante e está presente em todas as mesorregiões definidas pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). A meta do MEC é contar, em 2014, com mais de 550 unidades.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Redação, com MEC - de Brasília

Tribunal - Portador de hérnia não consegue indenização por dispensa discriminatória

11/07/2011- Notas COAD

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deu provimento a recurso da SHV Gás Brasil Ltda. e isentou a empresa de condenação por dano moral, por discriminação, imposta à empresa por ter demitido um trabalhador acometido de hérnia inguinal. A Turma considerou que a enfermidade não era, no caso, suficientemente grave para impedir a demissão sem justa causa do empregado, e alterou entendimento da Justiça do Trabalho da 9ª Região (PR) em sentido contrário.

No caso julgado, o trabalhador apresentou à empresa, em dezembro de 2003, documentos médicos que comprovavam a necessidade de submeter-se a em consequência de uma hérnia inguinal. Dez dias depois, foi demitido e ajuizou a reclamação trabalhista alegando que a demissão se deu por discriminação.

Tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal Regional do Trabalho consideraram que a empresa demitiu o trabalhador sem justa causa "pelo simples fato de estar doente, num ato discriminatório e atentatório à dignidade da pessoa humana, o que lhe ocasionou prejuízos". O direito ao dano, de acordo com este entendimento, não dependeria de a enfermidade estar ou não diretamente ligada à atividade funcional do

empregado.

No entanto, o relator do recurso da empresa na Sexta Turma do TST, ministro Mauricio Godinho Delgado, observou que, sem o requisito da gravidade da doença, não se constatava no processo "qualquer ato discriminatório" da empresa capaz de invalidar a dispensa imotivada do trabalhador.

O ministro assinalou que o Regional não registra no processo qualquer complicação advinda da doença. Para ele, "o traço caracterizador" do ato discriminatório da dispensa imotivada está ligado à gravidade da enfermidade que acomete o empregado. Sem ela, a manutenção do contrato de trabalho perde a função reabilitadora da saúde do trabalhador, inerente, ao próprio tratamento médico e à inclusão social do paciente.

Divergência

A decisão da Sexta Turma, que não considerou discriminatória a demissão do trabalhador, foi por maioria. O ministro Augusto César Leite de Carvalho votou de forma divergente, de acordo com o Tribunal Regional do Trabalho.

Processo: [RR - 146000-97.2005.5.09.0654](#)

FONTE: TST

Contribuição Previdenciária - Mês de junho/2011: prazo de recolhimento é até o dia 20/7

11/07/2011- Notas COAD

Devem ser recolhidas até o dia 20/7, sem os acréscimos legais, as seguintes contribuições previdenciárias:

- as patronais incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a serviço da empresa;
- as de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
- as resultantes da retenção de 11% sobre o valor da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços efetuada por empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário;
- as devidas quando da comercialização de produtos rurais;
- as descontadas dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a serviço da empresa;
- as devidas, pelo contribuinte individual, retidas e recolhidas pela empresa quando da prestação de serviços;

- as dos associados como contribuinte individual arrecadadas pelas cooperativas de trabalho.

OBSERVAÇÃO: Se não houver expediente bancário na data de vencimento, o recolhimento deverá ser efetuado até o dia útil imediatamente anterior.

Direito do Trabalho - Período de experiência: TST garante estabilidade para acidentado

11/07/2011- Notas COAD

O trabalhador que sofre acidente de trabalho no curso do período de experiência tem direito à estabilidade de 12 meses prevista no artigo 118 da Lei nº 8213/1991. Isso porque, nesse tipo de relação, existe a intenção das partes de transformar o contrato a termo em contrato por prazo indeterminado se, ao término da experiência, o trabalhador se mostrar apto para a função. Sendo assim, dispensá-lo logo após o retorno do afastamento para tratamento médico, porque vencido o prazo de experiência, é ato discriminatório, que deve ser coibido.

Decisão nesse sentido prevaleceu na Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, ao julgar recurso de um ex-empregado da empresa Prestécnica Indústria e Comércio Ltda. O trabalhador foi admitido como "retificador ferramenteiro" em junho de 2002. No mês seguinte, ou seja, durante o período de experiência, sofreu acidente de trabalho quando uma das máquinas que operava prensou seu dedo, esmagando parte da falange.

Afastado pelo INSS até 27 de agosto de 2003, ele foi dispensado um dia após o regresso da licença, imotivadamente. Entendendo ter direito à estabilidade acidentária de 12 meses, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando pagamento de indenização correspondente a esse período.

A 5ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo (SP) negou o pedido. Segundo o juiz, a estabilidade de 12 meses prevista no artigo 118 da lei 8213/1991 não se aplica ao contrato por prazo determinado. O empregado recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) que, pelo mesmo fundamento, deu provimento ao recurso apenas para autorizar o pagamento da multa do artigo 477 da CLT, por descumprimento do prazo para quitação das parcelas constantes no termo de rescisão do contrato de trabalho.

O empregado recorreu ao TST, e o recurso foi analisado inicialmente pela Primeira Turma, que concedeu os pedidos negados nas instâncias ordinárias. Na ocasião, o relator, ministro Vieira de Mello Filho, destacou que o contrato de experiência distingue-se das demais modalidades de contratação por prazo determinado "por trazer, ínsita, uma expectativa de continuidade da relação entre as partes, às quais aproveita, em igual medida, teoricamente, um resultado positivo da experiência".

A empresa recorreu, então, com embargos à SDI-1. A relatora, ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, manteve o entendimento da Primeira Turma do TST. Segundo ela, no contrato de experiência - também conhecido como contrato de prova, a termo, de tirocínio ou a contento -, empregado e empregador, visualizando a

possibilidade do desenvolvimento de relação de emprego duradoura, celebram contrato de curto prazo, destinado à avaliação subjetiva recíproca, a fim de viabilizar, ao seu término, a transformação em contrato de trabalho por tempo indeterminado. "Há, portanto, uma legítima expectativa de ambas as partes quanto à convalidação do contrato de prova em contrato por prazo indeterminado", disse.

Para a ministra Rosa, a ocorrência de acidente de trabalho, no curso do contrato de experiência pode frustrar a natural transmutação do contrato. Ela explicou que, como o empregador é responsável pela proteção, segurança e integridade física e mental de seus empregados, o rompimento do contrato logo após o retorno do afastamento causado por acidente de trabalho "não se harmoniza com a boa-fé objetiva, tampouco com a função social da empresa", ainda que o contrato tenha sido firmado a termo. "Ao contrário, a conduta do empregador, em tais circunstâncias, se mostra discriminatória, considerada a situação de debilidade física comumente verificada no período que sucede a alta previdenciária", destacou.

Segundo a relatora, ao reconhecer o direito do empregado à indenização referente à estabilidade de 12 meses e consectários, a Primeira Turma privilegiou os princípios da proporcionalidade, da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho, da função social da empresa, do meio ambiente de trabalho seguro, da boa-fé objetiva e da não-discriminação. Ao negar provimento aos embargos da empresa, a ministra Rosa concluiu que a decisão da Turma foi proferida de acordo com a razoabilidade e em conformidade com a Constituição.

Processo: E-RR - 9700-45.2004.5.02.0465

FONTE: TST

CSLL, PIS e COFINS - Contribuições retidas na 2ª quinzena de junho vencem em 15/7

11/07/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado que efetuaram retenção da CSLL, do PIS e da Cofins sobre pagamentos a outras pessoas jurídicas de direito privado por serviços prestados no período de 16 a 30 de junho/2011, devem recolher as contribuições no dia, 15/7.

Também devem ser recolhidas no dia 15/7, pelos fabricantes de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06 da TIPI, bem como os fabricantes de peças, componentes ou conjuntos destinados a estes produtos, as retenções na fonte, efetuadas na 2ª quinzena de junho/2011, do PIS e da Cofins sobre pagamentos à pessoa jurídica pela aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei 10.485/2002 (exceto pneumáticos).

Reajuste de Aluguel - Veja os índices aplicáveis em julho de 2011

11/07/2011- Notas COAD

As locações residenciais e não residenciais são reajustadas levando-se em consideração a variação do índice pactuado no contrato.

Veja a seguir a variação dos índices mais comumente utilizados nos contratos de aluguéis:

- IGP-DI (FGV): 8,63%;
- IGP-M (FGV): 8,65%; e
- INPC (IBGE): 6,80%.

Os demais índices do ano de 2011 podem ser consultados neste Portal em *Obrigações > Índices e Valores > Reajuste de Aluguel*.

Direito do Trabalho - Danos morais: Turma do TST retira imposto de renda sobre indenização

11/07/2011- Notas COAD

Contadora não descontará imposto de renda sobre a indenização por danos morais de R\$ 15 mil que tem a receber da Companhia Brasileira de Bebidas (Ambev). A decisão é da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que, ao julgar recurso de revista da União Federal (representada pela Procuradoria-Geral Federal), entendeu que esse tipo de indenização não constitui acréscimo patrimonial e sobre ela não deve incidir imposto de renda.

A Turma negou provimento ao apelo da União com o fundamento de que a indenização por danos morais não equivale a rendimento. O ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, relator do recurso, esclareceu que "a indenização consiste em prestação diretamente relacionada à recomposição ou reparação do patrimônio - material ou imaterial - anterior à lesão".

Em seu recurso de revista, a União alegou que a indenização a que fez jus a trabalhadora é causa de acréscimo patrimonial, cabendo, portanto, a cobrança do imposto de renda. No entanto, para o ministro Bresciani, a parcela é de natureza indenizatória, pois tem como objetivo reconstituir uma perda e, assim, não constitui nenhum aumento patrimonial.

A ação para indenização por danos morais teve origem também em problemas referentes a imposto de renda. A Ambev, ao fazer a declaração de 2006, referente ao ano calendário de 2005, declarou à Receita Federal ter pago à autora o valor de R\$ 52.403,81, sem que tal pagamento tivesse sido efetuado. A contadora, por sua vez, não informou à Receita o recebimento desse valor, porque realmente não lhe fora pago, e, conforme a sua declaração, esperava ter uma restituição de R\$ 3.245,61. No entanto, não recebeu a restituição de IR e entrou na malha fina devido à declaração errada da Ambev.

Segunda ação

A trabalhadora foi analista comercial da Ambev de março de 1998 a dezembro de 2002. Após a dispensa sem justa causa, ajuizou reclamação para receber horas extras, e a Ambev foi condenada, em 2004, a pagar R\$ 72.673,37. No entanto, a ação somente teve fim em dezembro de 2006, quando as partes celebraram acordo.

Depois de ver seu nome cair na malha fina, a contadora foi à Receita Federal e, após várias idas e vindas, soube que a solução do problema só aconteceria com uma declaração retificadora da Ambev, que nada fez. A trabalhadora acionou então, de novo, a Justiça do Trabalho, desta vez para receber indenização por danos morais, já que seu nome continuava como devedora do imposto de renda, o que lhe causava muitos aborrecimentos.

Na audiência, a empresa prometeu fazer a retificadora, mas até ser proferida a sentença ela não tinha resolvido a questão. A 10ª Vara do Trabalho de Brasília, então, condenou a Ambev a pagar à ex-empregada R\$ 10 mil de indenização por danos morais.

Processo: RR - 119685-26.2007.5.10.0010

FONTE: TST

IR - Pessoa Física - Quota do IRPF com vencimento em 29/7 terá acréscimo de 2,95%

11/07/2011- Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, deverão crescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Dessa forma, a 4ª quota do referido imposto, que vencerá em 29-7-2011, se recolhida no período de 1 a 29-7-2011, deverá ser acrescida de juros de 2,95%, a ser informado no campo 09 do Darf.